

A AGRICULTURA DE AUTOCONSUMO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR

Émerson Dias DE OLIVEIRA¹

Nilson Cesar FRAGA²

RESUMO

O lugar e o papel do campesinato no mundo contemporâneo trazem para o debate geográfico inúmeras questões sociais, sendo que este esforço exige uma interpretação ampla e concreta acerca das relações que envolvem tanto o espaço urbano como o rural. O desafio colocado neste estudo surgiu desta consideração, ou seja, uma discussão do camponês e não-camponês enquanto partes de um cenário único e totalitário, abrindo assim possibilidades de compreensão aos símbolos e práticas camponesas presentes nos campos da microrregião geográfica de Faxinal/PR. A capacidade camponesa de perpetuar-se enquanto agentes sociais no campo e com autonomia (relativa) significativa nos vários aspectos do seu cotidiano deve-se à prática da agricultura de autoconsumo, a qual não se resume única e exclusivamente no suprimento alimentar (comida), mas pelo abastecimento de uma série de necessidades locais, que são autonomamente discutidas e decididas pela coletividade e vontade dos próprios camponeses. É por isso que o campesinato não é plenamente compreendido ao ser analisado de forma fragmentada e muito menos quando considerado isolado do espaço urbano, pois a menor ou maior integração ao capital agrário não descaracteriza sua condição social, portanto, o que guia a essência camponesa e garante a reprodução de suas unidades familiares são as várias estratégias típicas da agricultura de autoconsumo, entre outros aspectos como a consideração da terra como patrimônio familiar, a preocupação com a conservação ambiental e a autonomia no processo produtivo.

Palavras chave: Agricultura de Autoconsumo. Autonomia. Campesinato. Território. Vida.

¹ Professor de Geografia na Educação Básica da Prefeitura de Canoas/RS. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Professor Adjunto do Depto. de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

THE AGRICULTURE OF SELFCONSUMPTION IN THE GEOGRAPHICAL MICROREGION OF FAXINAL/PR

ABSTRACT

The place and the function of the peasantry in the contemporary world bring to the geographic debate countless social questions, this effort requiring a wide and concrete interpretation about the relations that involve as much as the urban space as the rural one. The challenge put into this study came from this consideration, in other words, a discussion between the farmer and the non-farmer while parts of unique totalitarian scenario, opening possibilities of comprehension to symbols and practices peasants in the fields of the geographic microregions of Faxinal/PR. The peasants capacity of perpetuate as social agents in the field and with significant autonomy (relative) in lots of aspects in their routine it based in the self-consumption agriculture practice, which doesn't mean only and exclusively in the aliment supply (food), but for supply of a series of local needs, that are autonomously discussed and decided by the collectivity and will of the own peasants. That's why the peasantry it's not fully understood when being analyzed in a fragmented way and much less when considered isolated of the urban space, because the smallest or largest integration of the agrarian capital doesn't characterize their social condition, therefore, what guides the peasant essence and ensures the reproduction of it's familiar units are the many typical strategies of the self consumption agriculture, among others aspects like the consideration of the land as familiar patrimony, the concern with the ambiental conservation and the autonomy of the productive process.

Keywords: Self consumption agriculture. Autonomy. Peasantry. Territory. Life.

1 INTRODUÇÃO

Discorrer acerca das territorialidades camponesas é uma tarefa extremamente estimulante, pois um mundo amplo e plural de possibilidades é permitido ao pesquisador, uma vez que os mistérios que envolvem essa questão interagem têmporo-espacialmente diante das realizações sociais (materiais e imateriais) dos homens e mulheres do campo. Apesar do vasto esforço impetrado pelo capital agrário em assegurar que esta questão já está superada e incoerente ao seu sentido histórico, os atores e autores sociais desse debate sustentam a permanência da luta e resistência camponesa na contemporaneidade, uma realidade que arrasta milhões de famílias no Brasil e no mundo.

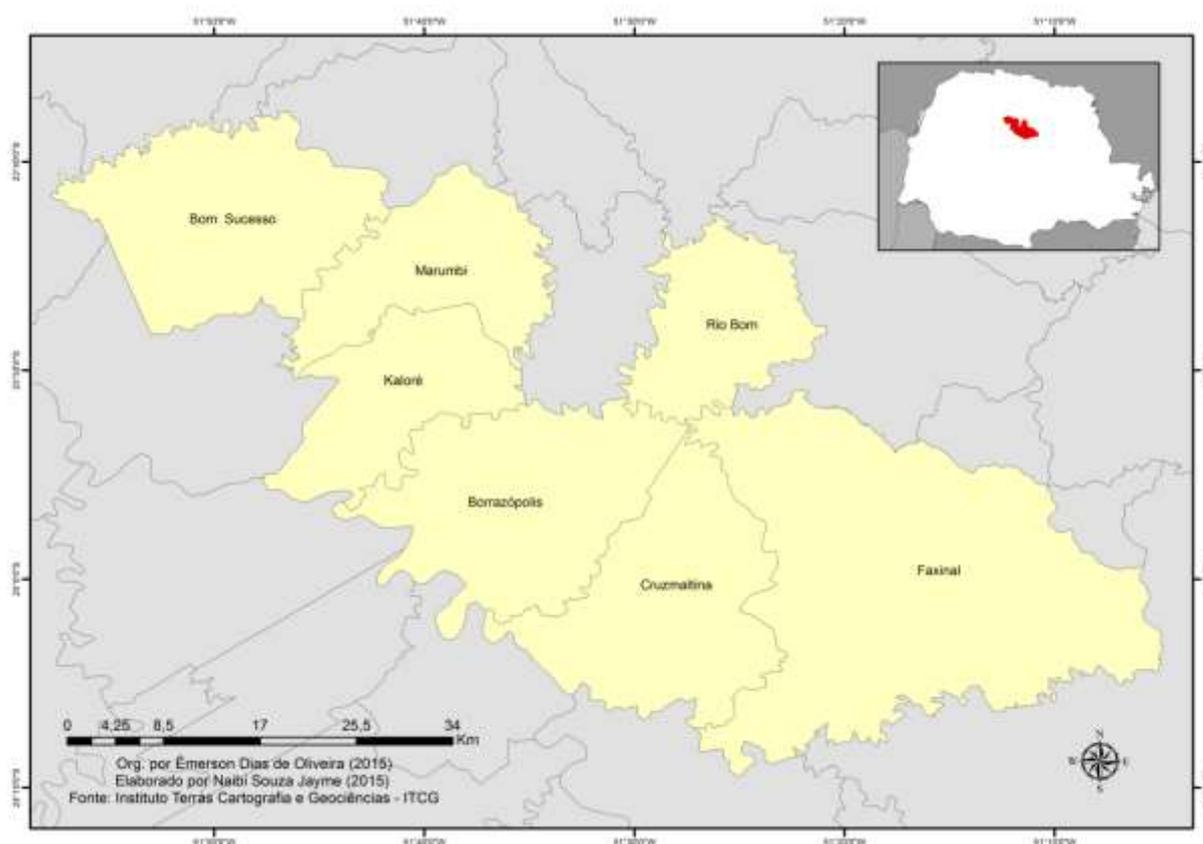
Desta feita, este estudo procurou através da busca, análise e identificação das territorialidades camponesas vigentes na microrregião geográfica de Faxinal – PR, embasar-se de um apanhado teórico-conceitual a fim de contribuir na construção do discurso da ‘Agricultura de Autoconsumo’ como categoria e prática primordial da reprodução camponesa. A costura temporal da pesquisa está edificada, particularmente, a partir de 2003, ano em que houve a consolidação da entrada da soja transgênica no Brasil e no Paraná, sobremaneira, com o aumento das *commodities*, quando os policultores camponeses se depararam com um desafio ainda mais severo na defesa de seus interesses.

Vale destacar que, para além das obliquidades geográficas, a agricultura de autoconsumo já possui algumas abordagens em outros paradigmas científicos e políticos, entretanto, estes últimos abstêm-se da sutileza em preservar a condição classicista e a integridade do ‘modo de vida’ camponês. Portanto, aqui se evidencia os embates que dão sentidos à resistência camponesa, considerando que “a permanência da questão camponesa no mundo ‘moderno’ carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Assim, é necessário destacar, que as territorializações do/no campo não são todas instruídas na vontade da territorialidade agrário-capitalista, pois o campesinato também se impõe buscando a sua permanência e reprodução de vida. Logo, ao refletir a territorialidade camponesa enquanto processo histórico contraditório, permeado por conflitos, o método

dialético³ evidencia na própria construção social desses sujeitos, sua condição classicista e os caminhos para a continuidade de suas lutas sociais.

A escolha e delimitação desta área em estudo deveu-se pelo fato de haver poucos estudos desta microrregião em particular. Isto se dá em decorrência dos seus municípios (Bom Sucesso, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marumbi e Rio Bom) serem constituídos por parâmetros econômicos pouco expressivos, culminando num desinteresse em abordagens mais complexas envolvendo este recorte espacial. O Mapa 1 representa a localização da área territorial político-jurídica da microrregião em estudo.



Mapa 1: Localização Geográfica da Microrregião de Faxinal-PR.

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná - ITCG, adaptado pelo autor.

³ Neste sentido, para melhor compreender esses questionamentos se utilizou do materialismo histórico dialético como suporte teórico, o qual por intermédio de elementos práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção dispostos historicamente vibilizou-se um entendimento das suas contradições, uma realização que efetivamente se dá na e pela práxis. O materialismo histórico dialético como forma de compreensão da realidade teve uma influência significativa do filósofo idealista Georg Hegel (1770 – 1831), sendo sistematizado com as reflexões de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), malgrado eles próprios nunca empregaram essa expressão, superando tanto o idealismo como o materialismo do seu tempo.

Ao longo do estudo, utilizou-se de questionários semiestruturados através de diálogos partilhados junto aos camponeses da MRG de Faxinal. A escolha pela entrevista deve-se ao fato de que nelas “[...] a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33). Os entrevistados estão entendidos no sentido de co-sujeitos da investigação e não ‘objetos’ do estudo, sendo que as conversas se concentram em assuntos dirigidos pela busca de se conhecer a condição camponesa destes. O questionário compreendeu 15 (quinze) comentários na forma de perguntas com o intento de identificar as iniciativas e ações camponesas em seus processos diários de resistência social e reprodução da vida, sendo que foram realizadas 02 (duas) entrevistas por município, totalizando um montante de 14 (quatorze) entrevistas ao final dos trabalhos de campo.

As reflexões teóricas discorridas neste ensaio evidenciaram as particularidades da condição camponesa no seu dia a dia, buscando identificar os valores e práticas autogestionárias característicos destes trabalhadores, com destaque para a realização do autoconsumo familiar. Uma análise que viabilizou entender as artimanhas dos processos de avanço do capitalismo agrário nos territórios camponeses e as atividades de resistências destes últimos. A existência destes dois modelos agricultáveis (camponês e capitalista) estrutura-se de maneira essencialmente cômoda ao capital financeiro, pois “a força do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre zonas a ele ‘exteriores’, mas emana do relacionamento entre espaços não-homogêneos, irregulares, não-idênticos” (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 139). Estas explorações permitiram especificar e discorrer acerca do jogo de forças e poder que os territórios do capitalismo agrário buscam impor aos resilientes territórios camponeses.

Assim, os caminhos pontuados ao longo desta pesquisa são necessariamente, uma busca científica voltada para a compreensão da ‘terra de trabalho’ camponesa, “essa última entendida como a possibilidade de realização do trabalho, não da renda, não do lucro médio, mas do trabalho autônomo camponês, contraditoriamente preso e liberto do julgo capitalista” (ALMEIDA, 2006, p. 337). Para tanto, estão esboçadas algumas comparações e considerações teóricas das ‘terras de negócio’ vigentes na agricultura empresarial.

2 AGRICULTURA DE AUTOCONSUMO E A PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Desvendar os caminhos e obstáculos que permeiam as questões agrárias é uma tarefa extremamente complexa e instigante, dada a importância que o campo assume quando os seus interesses entram em cena. As diferenças internas que o constitui envolvem dois tipos de realidades sociais, a camponesa e a corporativista, cada qual com seu *modus operandi* de construir suas territorialidades. A coexistência destes domínios imprime no campo valores que lhes são peculiares, sendo que no caso da agricultura camponesa, ela historicamente tem resistido diante dos avanços do capital agrário. Já a agricultura capitalista, enfaticamente apregoada como uma espécie de ‘panaceia’ mundial que garante a segurança alimentar da humanidade, caracteriza-se pelos ideais da maximização financeira e reserva de valor da terra para especulação, entre outros ‘arbítrios’ e ‘jeitos’.

Ciente das singularidades presentes na delimitação e recorte dos territórios agrários, o campo brasileiro comporta uma agricultura identificada pelo seu caráter classicista e pela resistência existencial, a agricultura camponesa. A discussão envolvendo estes atores sociais é uma questão significativamente complexa, dada a presença de inúmeras outras nomenclaturas e conotações ideológicas que os referencia, sendo estas imprecisas e insuficientes no atendimento dos anseios desta pesquisa. Portanto, refletir e revivificar os conceitos de camponês e campesinato é importante como forma de complementar os propósitos deste ensaio.

Paulino (2006) afirma que o camponês atua como “senhor de si” pelo fato de ser dono do meio de produção – a terra⁴ –, razão pela qual eles agem no intuito de preservar a terra, postura corriqueiramente entendida como conservadora pelos de fora. O processo de resistência camponesa na forma de movimento e sujeitos de direitos se dá em dois formatos principais; um como movimento institucionalizado e político mais abrangente (regional e nacional) e outro na forma de ações particularizadas, de autoajuda e ações comunitárias localizadas, considerando os enfrentamentos de cada localidade.

O trabalho de luta e enfrentamento camponês frente aos avanços das territorialidades agrário-capitalistas constitui um quadro em que o capital visa unicamente à subjugação e sujeição da ótica camponesa aos interesses do mercado. Assim, é forjada a condição de classe social entre os camponeses, os quais estabelecem propósitos unitários em decorrência de sua

⁴ “O controle sobre a terra (seja através de que mecanismos for) é sempre um aspecto estratégico na luta camponesa por autonomia e progresso [...]” (PLOEG, 2008, p. 73).

resistência e de recriação⁵ no campo, uma estratégia de superação a contraditória ação do capital no campo. “Essa resposta pode ser encontrada exatamente na concepção de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, e, portanto, cria as condições para a reprodução dessa produção familiar camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Portanto, as experiências surgidas nos processos de luta e resistência camponesas constroem uma noção política nestes sujeitos. A condição dos camponeses como classe singular dentro do capitalismo esboça uma dialética territorial que historicamente tem envolvido e envolve a questão agrária. Assim, os territórios de resistência camponesa, permeados por práticas de autoajuda entre os pares destes domínios favorecem a integração dos ideais camponeses, “[...] grosso modo, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 309).

Esse movimento ao mesmo tempo contraditório e combinado dentro do capital agrário é visível nas ações locais de grupos camponeses, onde estes se autoidentificam como atores de uma mesma realidade em busca por sua identidade socioterritorial. O ‘jeito’ camponês de viver, de manter-se voltado para as coisas do seu lugar, direciona o potencial de produção alimentícia para a noção da diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais, sendo um esforço que visa garantir a soberania alimentar de seus grupos familiares. Esta aproximação surge nas festividades locais, na ajuda mútua, nos encontros familiares, nos mutirões de trabalho e em outras formas de coexistirem frente às imposições da lógica capitalista. “[...] Isso significa que a produção camponesa tende a ser intensiva: a produção por cada unidade de trabalho será relativamente alta e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação baseado no trabalho” (PLOEG, 2009, p. 22).

Estas discussões sobre as unidades de produção familiar na agricultura, já teorizadas por Chayanov (1974) no início do século XX, evidenciam as particularidades que este tipo de organização do trabalho possui, considerando que o rendimento obtido nesse processo produtivo não tem sua divisão individualizada como ocorre nos moldes capitalistas. Portanto, refletir o território agrário é desvendar os conflitos, as opiniões, as contradições e as afirmações, um jogo de força que abarca toda a sociedade. Não se propõe aqui o ‘endeusamento’ da questão camponesa e nem a ‘diabolização’ do agronegócio, mas uma reflexão que socialize as implicações que esta questão insere. Por isso, discursa-se a pauta de uma agricultura hegemônica (capitalista), amplamente aceita, legitimada e divulgada nas mídias populares. Por

⁵ As três formas de recriação do campesinato: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. “E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 24).

outro lado, está demonstrada a agricultura da vida, do autoconsumo, da resistência e da mobilização política, a qual não está voltada ao lucro. Desta feita, a evidenciação do primeiro modelo é seguramente a mais estimulada e desejada pelo sistema financeiro, pois o capitalista quer todas as atenções, todos os lucros, todos os méritos, todos os olhares e a todos como servos.

É por isso que o agrário brasileiro se comporta enquanto um *continuum* colonial em conflito ao crescente processo de luta e resistência camponesa. Uma questão que se intensificou na segunda metade do século XX e tem reflexos diretos ainda hoje na sociedade, pois o desenvolvimento dos demais setores da economia carece que o setor primário também esteja desenvolvido, isto é, socialmente equilibrado. Assim, defende-se aqui a estruturação de um modelo social alternativo no campo, uma vida soberana em que seus atores sejam donos da própria ação, uma agricultura dos sem vozes que emerge como sujeito de direitos e percebidos socialmente.

3 MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL: AUTOCONSUMO E AGRONEGÓCIO COMO INTERAÇÃO SOCIAL

Os modelos agrícolas com viés capitalista vêm tomando parte considerável dos domínios agricultáveis e, conseqüentemente, da propriedade, enquanto concentração e modelo agrário-empresarial das terras. Esta realidade é bastante evidenciada na MRG de Faxinal nas últimas décadas, onde se percebe a relação de predominância espacial do latifúndio agrário-capitalista em detrimento da propriedade camponesa. Uma estrutura agrária que carrega em si uma interação destes dois tipos agrícolas, as quais contraditoriamente se completam ao longo de suas respectivas territorializações. Esta lógica decorre pelo fato de o campesinato estruturar-se enquanto contradição do capital agrário, por isso, não é cria da vontade unidirecional do modo de produção capitalista. Assim, vale constatar que “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas provém “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65).

Essas considerações acerca da condição camponesa permitem situar as formas e os paradigmas de análise instituídos pelo presente estudo na MRG de Faxinal, pois antes de qualquer reflexão, é fundamental estar clara a postura teórico-metodológica a ser defendida no seu decurso. Neste sentido, o conceito da agricultura de autoconsumo está posto como ferramenta diferencial pelo campesinato no embate diuturno que sofre por parte das manobras

do agronegócio, pois no interior da agricultura de autoconsumo é possibilitado ver e sentir o paradoxo apregoadado pelo desenvolvimento rural do agronegócio.

A MRG de Faxinal possui um estruturado complexo agroindustrial voltado para o recebimento, conservação, armazenamento e escoamento da produção local, características essas que determinam a lógica hegemônica no seu setor rural. Assim, por favorecer esse caráter de exploração extrema da terra, expulsando e expropriando dela o trabalhador do campo em detrimento do interesse da territorialidade agrário-capitalista, resultam num desemprego rural intenso e de banalização aos poucos postos de trabalhos ainda presentes, visto que a mão de obra é farta. Essa combinação caracteriza-se pela interação “de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia” (PLOEG, 2008, p. 285) em suas realizações.

É necessário destacar que a agricultura de autoconsumo não possui vínculo com a relação capital-trabalho. O capital é parte deste contexto, mas não no sentido marxista (geração de mais-valia) e o trabalho é uma atribuição não assalariada. Portanto a agricultura de autoconsumo traz consigo as condicionantes atinentes ao ‘modo de vida’ camponês, que volta essencialmente a reprodução social do grupo familiar. Assim sendo, a reflexão da agricultura de autoconsumo insere uma abordagem teórica que se caracteriza “no âmbito das unidades de produções familiares, por um cálculo econômico específico [...] acompanhado de relações sociais também específicas, no que toca ao binômio trabalhador – meios de produção” (MOURA, 1986, p. 58).

Isto não significa também que se fala aqui da presença de um campesinato bucólico e original que vive alheio à inclusão tecnológica, pois isto significaria inseri-los no debate atual enquanto elementos anacrônicos. “O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirá em qualquer sistema societário em que operem” (SHANIN, 2005, p. 14). O entendimento de que os camponeses são antimercado e não utilizam de inovações técnicas é uma questão que não remete à verdadeira vivência destes sujeitos. O processo de recriação camponesa tem na integração tecnológica uma das várias estratégias de garantia de sua permanência na terra, pois a reprodução social do campesinato “não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados” (PLOEG, 2009, p. 41).

Em uma das visitas realizadas no município de Marumbi, na comunidade rural Canutã, a unidade familiar de 05 (cinco) hectares de propriedade do entrevistado MUF-01 (Marumbi – Unidade Familiar 01) esboça bem o modelo de integração produtiva ao mercado. Junto a sua

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 13, n. 2, p. 115-134, 2021
ISSN 2175-862X (on-line)

família (esposa e um casal de filhos), o proprietário produz em 03 (três) estufas e outras áreas cultivadas a ‘céu aberto’ um montante suficiente de hortaliças que garante a sobrevivência de toda a família (Foto 1).



Foto 1: Cultivo de hortaliças em uma propriedade camponesa (comunidade rural Canutã em Marumbi/PR).

Fonte: Do autor (2018).

As verduras são vendidas semanalmente na feira do produtor que ocorre em 03 (três) localidades do município de Jandaia do Sul/PR e na praça central em Marumbi/PR.

Sempre morei aqui, desde pequeno ajudei meus pais na feira em Jandaia e Marumbi. Depois que casei separei feira, pois agora a gente tem família para cuidar né! O pai e a mãe têm a terrinha deles ali do outro lado do corgo. Eles ainda mexem com horta e a mãe mexe também com carne defumada, é um serviço que dá um retorno a mais. Eles já deram uma diminuída do serviço, pois já estão velhos e também já se aposentaram, trabalham mesmo para poderem se ocupar. Mas eu vivo bem aqui. Teve uma vez que saí e fui trabalhar fora, em uma serraria lá em Jandaia, mas num dá certo sabe! O serviço é bastante puxado e o salário é aquela merreca. É gente mandando em nós toda à hora e aqui não! Eu tenho minhas obrigações e faço elas dentro das minhas forças e do meu tempo. Tem vez que dá uma apertada no serviço sabe! Mas faz parte, eu não posso reclamá, os filhos da gente tá crescendo, tão tudo com saúde! A horta é a nossa ocupação principal aqui, mas temo também três cabeças de gado aqui mais prá cima de casa. Lá no pai a gente tem mais criação

também. Plantamos mais um pouco de coisa também para comer aqui mesmo, mas não temos muito tempo sabe, pois a horta precisa que sempre passêmo dando uma olhada, pois pode vir praga e isto é ruim para a plantação. E eu já falei também! Não adianta querer abraçar o mundo, pois a gente não vai conseguir dar conta se fica inventando muito serviço. Veiz em quando eu pagava diária para o meu tio vir ajudar a gente, mas ele mora lá no distrito e é longe para ele vir. Agora tem o vizinho que mora lá perto do pai, ele vem quando o serviço apura e eu também dou uma mão pra ele quando o serviço dele aperta. Mas aqui é uma fartura só! (MUF-01, 18 jan. 2018).

O relato de que chegou a tentar uma ocupação fora da propriedade e, no entanto, retornou à condição camponesa, invalida o pressuposto de que a existência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos. Nesta propriedade em especial, a questão da utilização de insumos e técnicas agrícolas é bastante acentuada, pois existem três estufas do modelo Londrina na propriedade, as quais foram construídas pelo próprio entrevistado, sendo que ele mesmo efetua as reformas quando preciso. Existe também um sistema de irrigação bem elaborado nos cultivos e a aquisição das sementes é adquirida em uma casa agrícola em Apucarana/PR, pois por elas serem melhoradas, garantem uma melhor qualidade e produtividade na produção das hortaliças. Portanto, mesmo perpetuando a condição camponesa, eles não deixam de integrarem-se ao mercado para a venda de sua produção e/ou para a aquisição de insumos agrícolas.

No entanto, essa integração não é completa, tampouco representa uma subordinação ao mercado, pois conforme assevera Chayanov (1974), os camponeses são caracterizados pela produção simples de mercadorias. Neste sentido, a vida e o trabalho constituem-se uma só relação, pois ambas as realidades partilham da reprodução social destes sujeitos, além de que, um está condicionado e depende do outro e vice-versa. Assim, esta estruturação social que intersecciona o universo social, econômico, político e cultural é o que fundamenta as singularidades do modo ser do camponês, ou seja, uma justaposição de práticas e valores sociais que representa a força e a resiliência camponesa. Ou seja, é na autossuficiência de suas realizações que ocorre o equilíbrio social e conseqüentemente, a suavização das diferenças socioeconômicas e adversidades que infiltram estes lugares.

Nas visitas de campo verificou-se que os domínios rurais da MRG de Faxinal comportam em si diferenciados formatos estratégicos de realização da reprodução camponesa, contrastando com a racionalidade capitalista. Os trabalhadores na pequena propriedade (em relação à propriedade latifundiária) posicionam-se enquanto uma classe social que se organiza em conformidade aos desafios locais e assim expressam suas singularidades vivenciais. Afinal, “os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de

uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas” (SHANIN, 2005, p. 18).

Deste modo, os camponeses conseguem uma relativa desvinculação dos arbítrios mercadológicos, pois a sua necessidade vital primeira (comida) é em grande parte suprida com a agricultura de autoconsumo, uma estrutura que desconcerta as estratégias da dominação agrário-capitalista. Cabe destacar que a “unidade camponesa não está preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros; estes deverão ser atendidos com inúmeros outros serviços” (WOLF, 1970, p. 28). É neste instante que os camponeses contribuem com a escala produtiva do agronegócio, pois a reprodução ampliada do capital no setor rural é reforçada com as relações não capitalistas da classe camponesa.

Enfim, assim como o capital-agrário é dinâmico em seus engodos no campo, o camponês também é dinâmico na resistência e na luta em seu território, um processo que se fortalece enquanto movimento em virtude de um modelo autossuficiente da vida destes trabalhadores do/no campo. Refletindo este jogo de forças e poder no rural, Fernandes (2005, p. 27) destaca que “o tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento de conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária”. Vale destacar que esta estruturação social se dá de forma distinta e peculiar em cada realidade camponesa (equilibrada e harmônica), inexistindo um ordenamento fixo e/ou de caráter impositivo entre as suas realizações sociais. Há todo um mundo camponês de resistência e permanência na terra/território, mantendo a reprodução social secular vinculada à agricultura de autoconsumo.

4 CONCLUSÃO - UM CAMPO QUE SE FALA, QUE VIVE E PERMANECE

A estruturação do autoconsumo enquanto garantia da reprodução social camponesa é uma questão que se estabelece para além da reprodução fisiológica destes sujeitos. Tal realização comporta e favorece a unicidade dos diversos grupos familiares camponeses, a identificação e reconhecimento destes nas comunidades rurais, a inclusão social nos circuitos curtos de comercialização camponesa, o sentimento de pertença e autoridade⁶ no respectivo

⁶ Alguns agricultores citam o trabalho ao ar livre, tarefas altamente diversificadas, independência e o trabalho junto à natureza como os aspectos mais atraentes de seu trabalho. Sentem muito menos penosidade do que os que trabalham no contexto empresarial, onde o trabalho pode ser monótono, arriscado e maçante. A utilidade também é vivenciada de outra forma (PLOEG, 2016, p. 158).

recorte territorial, a sensação de abundância e fartura alimentícia, a possibilidade de poder conduzir e delimitar a própria história. Enfim, trata-se de uma série de atributos próprios e peculiar que instrui uma racionalidade existencial fundamentalmente divergente das aspirações ideológicas em voga no mundo financeirizado e dito ‘moderno’ - em suma, a sensação de liberdade e de autogestão da vida.

Não se presumiu aqui uma negação aos aportes tecnológicos no campo, pois o campesinato tanto pode, como tem feito uso das tecnologias atuais como ferramenta para melhorar a sua renda monetária e também a própria qualidade de vida. Assim, é incabível tratar o campesinato (da área em estudo) como um setor arcaico, atrasado e rudimentar, uma vez que seus integrantes reinventam e reproduzem suas vidas com um significativo acesso e uso de subvenções tecnificadas como: energia elétrica, bombas de água, estufas de hortaliças, granjas de animais, gado confinado, transportes automotores, acesso à *internet*, entre outros meios técnicos que permitem uma melhora do cotidiano social destes sujeitos.

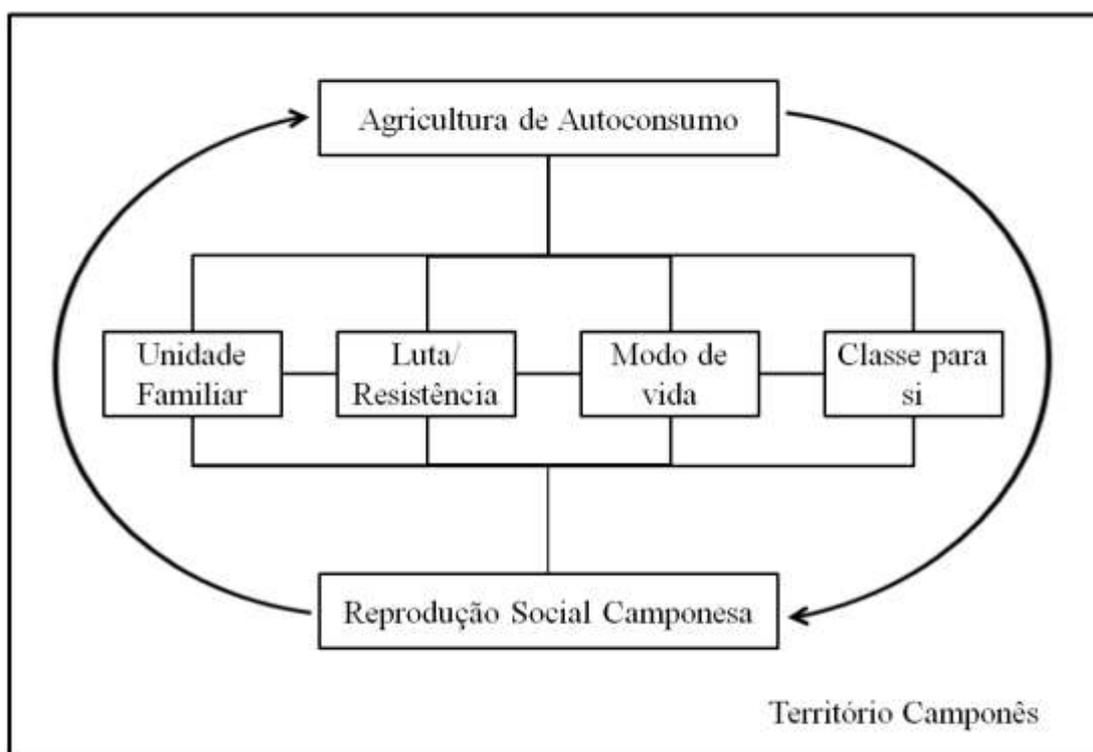
Outra contribuição advinda pela delimitação teórica da agricultura de autoconsumo é o reconhecimento e a valorização das formas de cultivos que ocorrem fora das escalas de produção hegemônicas, deixando de lado a ultrapassada noção que considera o trabalho camponês como de ‘subsistência’. Ficou comprovado no decorrer desta pesquisa, tanto nas instruções teóricas como nos fragmentos de entrevistas, que o campesinato é o lugar da vida, da intensidade, da saúde, da soberania, do renascimento, dentre outras virtudes que contradizem os ‘maldizeres’ acerca destes lugares, incutidos pela interpretação hegemônico-capitalista de mundo que dá significado a “moderna” agricultura empresarial.

Portanto, persistir afirmando que os camponeses produzem uma agricultura de ‘subsistência’ é uma intenção ideológica que tem como única e verdadeira finalidade validar o dito agronegócio como o tipo ideal e perfeito de produzir no campo. Desta forma, o autoconsumo se torna legítimo e carregado de sentido, visto que o companheirismo, ou mesmo irmandade, característico das comunidades camponesas, potencializa a capacidade de resistir, viver e querer continuar no campo.

Assim, o autoconsumo permite ocorrer determinados cenários que fortalecem a perpetuação dos camponeses enquanto sujeitos sociais, com destaque para a coesão da unidade familiar, os processos de luta e resistência no campo, o modo de vida peculiar a estes lugares e a organização social destes trabalhadores enquanto uma ‘classe para si’. As colocações destacadas ao longo desta pesquisa compreenderam a prática do autoconsumo nos territórios camponeses enquanto uma espécie de ‘combustível’ para o adequado funcionamento dos vários processos sociais campesinos que se dão neste limite (Quadro 1). Ou seja, os camponeses e as

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 13, n. 2, p. 115-134, 2021
ISSN 2175-862X (on-line)

camponesas não estão no campo pela falta de opção, ao contrário, estes permanecem no campo pela possibilidade de exercerem um protagonismo social (em tese) mais dificultoso nos centros urbanos, tanto hoje, quanto no passado e, com provocações ainda mais incisivas, no futuro. Afinal, este desafio camponês resiste aos mandos e desmandos do capital agrícola-agrário graças a uma agricultura de autoconsumo que os municia de capacidades plurais para reinvestirem neste enfrentamento dia após dia – a geografia do campo é a própria superação do homem e da mulher do campo, pois são esses sujeitos, protagonistas na consecução dos territórios camponeses, que fazem a pluralidade do mundo rural por meio da produção do alimento que alimenta vidas e sonhos de existência.



Quadro1: Relação entre a agricultura de autoconsumo e a reprodução social camponesa.

Fonte: Do autor (2019).

Esta realidade é uma verdade que foi percebida junto aos camponeses da MRG de Faxinal, sendo que cada qual com a sua especificidade de trabalhar este território, ao permitirem se perceber na reprodução social do grupo familiar a principal razão desta permanência. A caracterização geral destes sujeitos nos limites estudados carrega os seguintes aspectos: participam parcialmente dos programas institucionais da agricultura familiar; apresentam relativa intensificação produtiva, com destaque para a criação de animais e estufas de hortaliças; dispõem de boas infraestruturas viárias de tráfego/deslocamento (Foto 2); integram comércios de produtos camponeses locais, tanto na forma de feiras (Foto 3), com dias e lugares fixos,

obedecendo a forma itinerante na região, adquirindo e vendendo localmente produtos camponeses; realizam a prática de trabalho acessório como forma de complementar a renda; atuam junto aos movimentos sociais do campo (Acampamento Três Barras no município de Faxinal/PR); retornam ao campo após um período de trabalho em centros urbanos, além destes se associarem às corporações do agronegócio como forma garantida de escoar sua produção, mesmo que em valores menos vantajosos comercialmente – tudo isso demonstra resistência frente ao mundo real, tudo isso garante sua permanência no campo. Afinal, eles e elas não vivem numa ilha, existem cercados pelo mundo capitalista da atualidade, são resistência ao imperialismo que domina os campos, sobremaneira, mostram uma outra via, que não a do dito agronegócio e do latifúndio improdutivo deste país.



Foto 2: Propriedades camponesas na MRG de Faxinal/PR. A esquerda na zona rural do município de Jandaia do Sul/PR e a direita em Cruzmaltina/PR.

Fonte: Do autor (2019).



Foto 3: Feiras livres realizadas semanalmente pelos camponeses. A esquerda localizada na Praça do Café em Jandaia do Sul/PR (2019) e direita na Praça José Stanislau Bordignon em Faxinal/PR (2020).

Fonte: Do autor (2019, 2020).

As diversas estratégias produtivas efetivadas pelos camponeses e camponesas da MRG de Faxinal, que garantem a sua reprodução social, têm a agricultura de autoconsumo como ponto de partida e de chegada (Quadro 2), pois é por meio da autonomia (mesmo que relativa) de vida nas comunidades camponesas que emergem as condições e a capacidade de um modo de vida autossuficiente e sustentável. Desta reflexão aparece a agricultura de autoconsumo, categoria social esta que não é formatada de forma hierarquizada, pois ela só tem significado se for concebida como um movimento cíclico e contínuo nos lugares camponeses. É a horizontalidade e a integração proativa dos sujeitos que fundamenta o equilíbrio desta abordagem, constituindo, assim, dinamismo e vitalidade que, com um conteúdo peculiar aos camponeses, lhes assegura a certeza de que vale a pena continuarem enquanto atores/as e autores/as sociais do campo.

Portanto, a agricultura de autoconsumo é tanto uma prática social camponesa como um ato político de resistência no campo. Esta categoria em si não garante a permanência do homem no campo, mas potencializa a unidade familiar, a luta, a resistência e o modo de vida destes sujeitos, condicionando-os enquanto uma classe para si. Assim sendo, a agricultura de autoconsumo é uma das características (não superior e/ou inferior) interiorizada junto aos territórios camponeses, significando parte substancial da identidade camponesa. Reforça-se também que ela é adversa aos sentidos de uma agricultura precária e/ou rudimentar, conforme propõem as literaturas que tratam esta questão no entendimento da agricultura de subsistência.

Destarte, o debate acadêmico envolvendo as virtudes e benefícios sociais advindos das estruturas camponesas é uma questão que precisa continuar e ser ampliado, pois é dever da universidade contribuir na construção de um mundo mais justo e humano. O campo da política instituído pelos movimentos sociais (rurais e urbanos) é uma realidade já bastante desenvolvida, com isto, resta uma maior conscientização e apoio da sociedade como um todo acerca do projeto de sociedade proposto pelos camponeses e camponesas. Com isso, será possível reunir forças suficientes para superar o *lobby* político-financeiro-midiático imposto cotidianamente pela elite dominante, sobretudo quando se dirige ao campo.

Vale destacar que o propósito aqui não é o extermínio do atual modelo de desenvolvimento rural predominante, mas a construção de caminhos alternativos que permitam uma vida digna aos milhares de camponeses e camponesas (em todo o mundo) expulsos de suas terras e desguarnecidos de políticas públicas adequadas. A confirmação deste entendimento ficou bastante evidenciada no decorrer deste estudo, das entrevistas, dos discursos camponeses, um esforço que está colocado de forma resumida no Quadro 2.

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS CAMPONESES (AS) DA MRG DE FAXINAL					
Entrevistado	Cidade	Localidade	Produção Familiar Proeminente	Tipo de Trabalho Acessório	Crédito Agrícola
BUF – 01	Borrazópolis	Placa São Vicente.	Frutas.	Não realiza.	Está utilizando.
BUF – 02	Borrazópolis	Placa São Vicente.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Não usa mais.
BSUF – 01	Bom Sucesso	Quilômetro Vinte.	Policultura.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
BSUF – 02	Bom Sucesso	Água do Macaco.	Venda de assados na Feira.	Não realiza.	Não usa mais.
CUF – 01	Cruzmaltina	Comunidade Palmeirinha.	Doces caseiros.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
CUF – 02	Cruzmaltina	Estrada São Pedro.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Nunca acessou.
FUF – 01	Faxinal	Assentamento 03 Barras.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Não usa mais.
FUF – 02	Faxinal	Estrada do Faxinalzinho.	Gado e orgânicos.	Não realiza.	Nunca acessou.
KUF – 01	Kaloré	Água do Uruzinho.	Policultura.	Mensalista na cidade.	Nunca acessou.
KUF – 02	Kaloré	Jussara.	Gado de corte.	Diárias no campo.	Não usa mais.
MUF – 01	Marumbi	Água do Canutã.	Hortaliças.	Troca de diárias.	Não usa mais.
MUF – 02	Marumbi	Água do Canutã.	Hortaliça e Piscicultura.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
RBUF – 01	Rio Bom	Comunidade Molina.	Gado leiteiro e frango (granja).	Funcionário Público.	Está utilizando.
RBUF – 02	Rio Bom	Salto do Rio Bom Bom.	Fumo.	Não realiza.	Está utilizando.

Quadro 2: Reprodução Social dos Camponeses/as (entrevistados no presente estudo) da Microrregião Geográfica de Faxinal.

Fonte: Do Autor (2019).

Os levantamentos indicados destacam algumas das múltiplas características atinentes aos camponeses da MRG de Faxinal, os quais apesar dos seus diferentes formatos na condução de sua reprodução social possuem como intento central a perpetuação e garantia da vida (soberania), análise esta que desconstrói os estereótipos que são corriqueiramente direcionados a estes sujeitos, pré-conceitos estes que o próprio meio acadêmico costuma julgar quando das implicações teóricas voltadas ao campesinato.

Os dados levantados apontam camponeses que possuem acesso a crédito agrícola, outros que já usaram e um terceiro grupo que nunca fez uso, sendo que as motivações para tal cenário são diversificadas. Existem ainda sujeitos do campo que fazem serviços fora da propriedade (trabalho acessório), alguns inclusive até operários com ocupação fixa (servidores públicos e do setor privado), sendo que nestes casos caracteriza-se por ser algum integrante (filhos/as, genros/noras, sobrinhos/as) da unidade doméstica, geralmente não figurado na pessoa do chefe familiar. Encontram-se também produções altamente integradas ao capital, como o cultivo de fumo, instalação de granja avícola, gado leiteiro intensivo, estufas de hortaliças, piscicultura, entre outros. No entanto, isso não significa a desconstrução da essência camponesa, pois estes sujeitos, com sua agricultura de autoconsumo, expressam uma realização social que se utiliza destas estratégias de vivência apontadas e inúmeras outras, sendo que cada qual está ajustada à realidade e necessidade da unidade camponesa. O campesinato existe, resiste e permanece na MRG de Faxinal, agora posicionado em conformidade aos enfrentamentos que o meio lhes impõe.

É por isso que a perpetuação camponesa representa um dos poucos ‘gritos’ de socorro que ecoa em favor do meio ambiente conservado, da qualidade das águas e dos alimentos, da não contaminação do solo, do preço justo da comida, do desenvolvimento local, da diversidade cultural, enfim, da vida enquanto finalidade precípua dos sujeitos. Portanto, é neste arranjo estrutural que vai para além do seu quintal e do seu roçado, perpassando tanto física, como simbolicamente outras dimensões do campo, que os camponeses e camponesas dão sentido à agricultura de autoconsumo, isto é, uma prática de alteridade em que o ‘outro’ é tão importante quanto o ‘eu’. É este o outro mundo possível e desejável pelos camponeses e camponesas. Também é o outro mundo ‘subdesenvolvido’ e ‘atrasado’ que a elite conservadora apregoa como o propósito de legitimar única e exclusivamente a homogeneização mercantilizada do campo (agronegócio).

Por isso, os grupos campesinos são os praticantes da agricultura de autoconsumo e não de subsistência, ou seja, é um modelo que tem a diversidade, a abundância e a partilha como elementos que incluem e acolhem camponeses e não-camponeses, pois conforme destaca Georingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 13, n. 2, p. 115-134, 2021
ISSN 2175-862X (on-line)

Fabrini (2008), “a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um ‘movimento camponês’ que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais (p. 270)”. Tal mobilização pode ser vista nas feiras camponesas, nas relações com as corporações rurais capitalistas, nas festividades camponesas, na escola no/do campo, na pesquisa acadêmica, enfim, um vasto campo de oportunidade de afirmar e defender as possibilidades de um mundo melhor por meio das territorializações camponesas.

Enfim, a agricultura de autoconsumo partilhada e praticada pelos camponeses é uma realização social que não desapareceu (e não desaparecerá) e nem se mesclou junto à hegemonia do capital-agrário, pois a vida é no lugar camponês preponderante em relação à objetivação mercadológica. Portanto, não é a modalidade reprodutiva (menos ou mais integrada ao capital) que irá explicar a agricultura de autoconsumo, mas a intencionalidade desta estrutura, ou seja, se assenta no propósito da unidade familiar a concepção deste tipo de agricultura, sendo que as infraestruturas aparentes na propriedade surgem como matizes das diversas estratégias e possibilidades da reprodução social camponesa. É este o sentido que provoca a necessidade de singularizar o entendimento e explicação da agricultura de autoconsumo, uma vez que as práticas e lógicas que sobressaem nestes modelos organizativos diferem substancialmente dos ordenamentos impostos nas territorialidades da agricultura empresarial.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, M. C. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 36-85.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005, pp. 22-38.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coletas de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, pp. 19-41.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____.; ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: Revista NERA. Ano 8, n. 7 – Jul/Dez de 2005.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Cláudia Freire, 1ª ed. Editora UFRGS, 2016.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSON, P. (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, pp. 18-46.

WOLF, R. E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Data de recebimento: 26 de junho de 2020.

Data de aceite: 05 de janeiro de 2021.